

## PORTARIA Nº 127, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2017.

Constitui nova Comissão Disciplinar para atuar nos Processos Administrativos nº 2017/594 e 2017/924.

O Desembargador **Paulo Barros da Silva Lima**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal ( = CF, art. 5°, incisos LIV e LV);

**CONSIDERANDO** que compete ao Corregedor-Geral de Justiça apurar denúncia de irregularidade funcional praticada por magistrado (art. 42, inciso III, COJAL);

**CONSIDERANDO** que, quando tiver ciência de irregularidade cometida por magistrado do primeiro grau, o Corregedor-Geral de Justiça é obrigado a promover a apuração imediata dos fatos (art. 8°, da Resolução nº 135/2011, do CNJ);

**CONSIDERANDO** que a instauração de procedimento para apuração de falta funcional pode ser feita de oficio ou mediante representação (art. 42, inciso XI; art. 9°, Res. 135/2011, do CNJ);

**CONSIDERANDO** o fato público e notório que são as matérias publicadas em sítios eletrônicos do estado contendo denúncia do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Alagoas (SINDAPEN/AL) que envolve Magistrado de Primeiro Grau, nos dias 09 e 10 de janeiro de 2017; e

**CONSIDERANDO,** por fim, o que consta nos autos dos Processos Administrativos nº 2017/594 e nº 2017/924,

## **RESOLVE:**

I – **DETERMINAR** a instauração de Sindicância em face do Juiz de Direito da 16<sup>a</sup> Vara Criminal da Capital – Execuções Penais -, **Dr. José Braga Neto**;

II – **DETERMINAR** a constituição da Comissão Disciplinar integrada pelos Juízes de Direito, Dr. Diego Araújo Dantas, Dra. Laila Kerckhoff dos Santos e Dr. Alexandre Machado de Oliveira, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no item precedente; e

III – **REVOGAR**, em parte, a Portaria CGJ/Al nº 16, de

10 de janeiro de 2017, especificamente quanto ao item II.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 07 de fevereiro de 2017.

Desembargador **Paulo Barros da Silva Lima** Corregedor-Geral da Justiça